



# Não perenidade como característica do Programa de Leitorado brasileiro

## No perpetuation as a characteristic of the Brazilian Lectureship Program

*Leilane Morais OLIVEIRA\**

*Eugênia Magnólia da Silva FERNANDES\*\**

**RESUMO:** Como parte do processo globalizante, e enquanto reflexo da tentativa de sustentar e (re)afirmar a supremacia do Estado Moderno, alguns países têm executado políticas ligadas à promoção internacional de suas línguas oficiais (OLIVEIRA, 2010; 2013). Diante disso, este artigo problematiza a atuação do governo brasileiro em relação ao Programa de Leitorado - política de promoção do português brasileiro em universidades estrangeiras. A partir dos dados gerados - informações disponibilizadas no site da Rede Brasil Cultural, Editais da CAPES para a seleção de leitores, e depoimentos de leitores e ex-leitores, discute-se então a inconstância que caracteriza o funcionamento deste programa enquanto política de Estado e aponta-se como isso tangencia os requisitos de seleção e remuneração dos leitores. A análise realizada revela que, em termos de gestão e alcance mundial, os leitorados têm sofrido apagamento na

**ABSTRACT:** As part of the globalizing process, and as a reflection of the attempt to sustain and (re)affirm the supremacy of the Modern State, some countries have implemented policies related to the international promotion of their official languages (OLIVEIRA, 2010; 2013). Given this, this article problematizes the Brazilian government's performance concerning the Lectureship Program - a linguistic policy to promote Brazilian Portuguese in foreign universities. From the generated data - information available on the Rede Brasil Cultural website, CAPES official documents, and testimonials from active and former lecturers, the inconstancy that characterizes the operation of this program as a governmental policy is discussed to understand how these factors affect the selection, performance and remuneration of the lecturers. Besides, the study reveals that, in terms of management and worldwide reach,

---

\* Doutora em Letras pela Universidade de São Paulo e professora de português no Ateliê Linguagens, Sorocaba, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9707-5217>. [leilanemoraisoliveira@gmail.com](mailto:leilanemoraisoliveira@gmail.com)

\*\* Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília e professora de português na Universidade da Califórnia, Davis, Estados Unidos da América. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6268-4522>. [esfernandes@ucdavis.edu](mailto:esfernandes@ucdavis.edu)

---

agenda estatal dos últimos anos, o que leva as conclusões a destacarem a importância de algumas ações que levem à ampliação do Programa de Leitorado, a fim de que as possibilidades de congelamentos esporádicos ou suspensão definitiva sejam minimizadas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas linguísticas externas. Programa de leitorado. Internacionalização.

lectureships have been out of the focus of the government agenda in recent years. In the meantime, the conclusions talk about the importance of reconsidering the modus operandi of the Lectureship Program so that it can be expanded, and the possibilities of its sporadic freezing or permanent suspension are minimized.

**KEYWORDS:** External language policies. Lectureship program. Internalization.

---

## 1 Introdução

Em estudos recentes, (2017, 2017a) Oliveira assumiu uma posição teórica compatível com a do sociolinguista francês Louis-Jean Calvet (2007), para quem as ações desenvolvidas no âmbito das políticas linguísticas ocorrem exclusivamente via Estado. Segundo esta reflexão, o conceito de política linguística, ligado às concepções teóricas e elucubrações relativas às decisões sobre a(s) língua(s) que importa(m) a um povo e/ou a uma comunidade transnacional, diferencia-se do de *planejamento linguístico*, que representa a efetiva execução das políticas de língua.

Nos referidos estudos, Oliveira (*op. cit.*) teve postura compatível com sua pesquisa de doutorado, a qual se voltou a uma das políticas linguísticas externas brasileiras; a saber, o Programa de Leitorado. No âmbito da Linguística Aplicada, e mais especificamente das Políticas Linguísticas relativas à internacionalização do português brasileiro, a tese analisou parte das ações executadas pela Rede Brasil Cultural – conjunto de instituições que, junto da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP) do Ministério das Relações Exteriores Brasileiro (MRE), responsabiliza-se pelo desenvolvimento de políticas linguísticas e culturais em diversos países e continentes.

Esta posição epistemológica anterior também se alinhou a alguns estudos brasileiros (SILVA, 2010; DINIZ, 2012; CARVALHO, 2012; BERGER, 2013) que, entre

os anos de 2010 e 2013, afirmaram serem inegáveis os tempos de bonança que o Governo Federal de então havia trazido à política linguística externa nacional. Sobre isso, vale mencionar a notoriedade das ações de Luís Inácio Lula da Silva e também de Dilma Rousseff - até o seu *impeachment* em 2016: nestes dois governos, ministros, diplomatas, adidos, oficiais de chancelaria, dentre outros profissionais foram designados para atuação na área política supracitada, o que gerou uma extensão do ensino da língua portuguesa a novos países e enorme avanço nos números referentes a alunos atendidos e professores contratados.

Neste sentido, sabe-se ainda que o ex-Presidente Lula foi o chefe de Estado brasileiro que mais visitou países da África, bem como da América Central e do Caribe<sup>1</sup>. Quando em exercício, Lula visitou 27 países africanos, em doze ocasiões diferentes (O Globo, 2011). Além disso, o ex-Presidente ofereceu ajuda ligada ao desenvolvimento de programas de cooperação que, em diferentes áreas, visavam contribuir com o desenvolvimento dos países caribenhos.

Na América Central, Lula visava, de acordo com Villaverde (2010), estabelecer laços cooperativos entre o Mercosul e o Sistema de Integração Centro-Americana (Sica), além de reiterar a possibilidade de empresas brasileiras prestarem serviços nos países pertencentes a esses territórios.

Em conjunto, esses fatos também trouxeram implicações às políticas linguísticas brasileiras, visto que, quando já existentes, elas permaneceram em funcionamento e, quando não, novos postos de ensino foram criados e passaram a funcionar em diversas áreas dos referidos territórios.

Como país em processo de desenvolvimento no âmbito regional e suprarregional, o Estado brasileiro também enfatizou a difusão de sua língua e cultura

---

<sup>1</sup> Para maiores informações ligadas às referidas visitas, conferir: [https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/12/101227\\_eralula\\_diversificacao](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/12/101227_eralula_diversificacao)

no âmbito do Mercosul, tanto em países-membros quanto em associados, além de ter expandido o idioma oficial em outras partes do continente americano, sobretudo nos Estados Unidos, e ainda na Europa e na Ásia.

No primeiro mandato de Dilma de Rousseff, o Estado brasileiro permaneceu em diálogo com os programas e áreas geoestratégicas que, na agenda de Lula, haviam figurado como prioridades em relação às políticas linguísticas externas. Este é caso, por exemplo, de países que fazem parte da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), os países do Mercosul (tanto membros quanto associados) e aqueles de elevada importância para o Programa Ciência sem Fronteiras<sup>2</sup>, sobretudo Estados Unidos da América, Alemanha e Espanha – em função do número de estudantes que foram enviados a esses países.<sup>3</sup>

Tudo isso permitiu que os dizeres de Calvet (2007) parecessem apropriados aos estudos anteriores e, embora ainda houvesse lacunas, boa parte da comunidade científica acreditou na força do Estado e manteve a expectativa de que as políticas linguísticas externas seguiriam em plena expansão no Brasil.

O que agora observamos no presente nacional se distingue dos tempos anteriores mais profícuos. Do *impeachment* de 2016 até o fim de 2018, o Programa de Leitorado, por exemplo, passou por uma fase de congelamento e declínio. O Governo Federal do Brasil, enquanto chefiado pelo ex-Presidente Michel Temer, não abriu editais para seleção de novos leitores até o dia 19 de novembro de 2018: momento em

---

<sup>2</sup> O Programa Ciências sem Fronteiras é descrito pela CAPES como “(...) um programa do Governo Federal que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio de alunos de graduação e pós-graduação e da mobilidade internacional”.

Informações disponíveis em: <http://www.capes.gov.br/cienciasemfronteiras/html/apresentacao.html>

Acesso em: 6 mar. 2019.

<sup>3</sup> Para mais detalhes, conferir Oliveira (2017).

que publicou o documento de número 37/2018<sup>4</sup>, cujo objetivo era a contratação de dezessete leitores que, entretanto, ficariam a cargo do governo de Jair Bolsonaro - chefe de Estado a partir de janeiro de 2019<sup>5</sup>.

Sobre o Programa de Leitorado, vale ressaltar que os primeiros postos foram criados na década de 1960: mais especificamente, em 1965, na Universidade de Toulouse - França (SILVA, 2010). Conforme as mais recentes informações disponibilizadas pelo Itamaraty, a função dos leitores é desenvolver ações “em regiões nas quais a ampliação da presença cultural brasileira constitui uma das prioridades de nossa política externa” (BRASIL, 2010 *apud* Oliveira, 2017)<sup>6</sup>, o que se dá em universidades estrangeiras, por meio da divulgação da língua e da cultura do Brasil junto às comunidades acadêmicas.

Quanto às exigências relativas à ocupação do cargo de leitor, o governo brasileiro estabeleceu, em 1999, uma portaria regulamentadora. Nela, demandava-se que o leitor fosse um “professor universitário que se dedica ao ensino do idioma Português falado no Brasil, da cultura e da literatura brasileiras” e que seu trabalho ocorresse durante dois anos prorrogáveis por mais dois. Em 20 de março de 2006, porém, a Portaria Interministerial n.º 01 revogou a publicada em 1999 e oficializou que o leitor deveria ser professor universitário de nacionalidade brasileira. Atualmente, os Leitorados funcionam sob o regime de convênio<sup>7</sup>, estabelecido entre o Ministério das

---

<sup>4</sup> O Edital N.º. 37/2018 do Programa de Leitorado está disponível em: [http://capes.gov.br/images/stories/download/editais/19112018\\_Edital\\_37\\_MRE\\_Leitorado.pdf](http://capes.gov.br/images/stories/download/editais/19112018_Edital_37_MRE_Leitorado.pdf)

<sup>5</sup> Conforme a Lei de Previsão Orçamentária de 2019, aprovada pelo Congresso brasileiro em agosto de 2018, o Ministério das Relações Exteriores contará com um montante de 3.712,4 milhões de reais no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro. Segundo a Lei, as representações diplomáticas, dentre as quais constam as ações culturais desenvolvidas pela DPLP, terá 856,9 milhões para o exercício de suas funções. Informações disponíveis em: <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/orcamento-1/orcamentos-anuais/2019/ploa/orcamento-cidadao.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2019.

<sup>6</sup> Diante da atual indisponibilidade de dados numéricos acerca dos Leitorados anteriores na página da DPLP, recorreremos às informações da coleta de dados realizada por Oliveira (2017).

<sup>7</sup> De acordo com o Decreto n.º 6.170, de 25 de julho de 2007, o regime de convênio consiste em “acordo, ajuste ou qualquer outro instrumento que discipline a transferência de recursos financeiros de dotações

Relações Exteriores e as universidades estrangeiras que sediam o programa, conforme consta no decreto n.º 8.180 de 30 de dezembro de 2013.

No âmbito das ações de internacionalização do português brasileiro, os leitorados são peças centrais. No entanto, e conforme Faraco (2012) apontou em relação a toda a política linguística externa do Brasil, a História nacional é marcada, no que também tange a eles, pela tendência de oscilar entre avanços e freadas bruscas. Assim, embora sejam instrumentos da diplomacia nacional, o Programa de Leitorado e todo o processo de internacionalização da língua e cultura nacionais têm apresentado características que permitiriam enquadrá-los mais como políticas de governo do que, em termos de Estado, como uma decisão definitiva ou uma tendência que veio para ficar.

Diante disso e após as publicações de 2017, Oliveira adentrou um momento de profundo questionamento em relação à validade epistemológica de legar ao Estado, assim como fez Calvet (2007), a exclusividade relativa ao desenvolvimento de ações externas ligadas às línguas portuguesas<sup>8</sup> faladas no Brasil, bem como às culturas que estas representam em termos identitários (KRAMSCH, 2013)<sup>9</sup>.

Assim, além de a sequência do texto fornecer uma discussão teórica que questiona o posicionamento de Calvet (2007), alguns dados, relacionados à ação da Rede Brasil Cultural na presente década, serão apresentados e problematizados junto

---

consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União e tenha como partícipe, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação” (BRASIL, 2007). Informações disponíveis em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm). Acesso em: 06 mai. 2019.

<sup>8</sup> Assumimos aqui o plural, em relação às línguas portuguesas do Brasil, por compreendermos que o país, diante de sua vastidão territorial e variações linguísticas (diatópicas e diastráticas), possui muitas variedades idiomáticas que, sendo igualmente cheias de valor, o representam culturalmente.

<sup>9</sup> Adotamos aqui a perspectiva de Kramsch (2013), visto que, segundo o autor, é através do encontro com o outro, por meio da língua, da cultura e do discurso, que um aprendiz compreende seu próprio eu.

a discussões resultantes de uma entrevista com participantes e ex-participantes do Programa de Leitorado.

Nas seções seguintes, autoras discutem a forma como tem sido gerido o programa e como os leitores experienciam essa política linguística. Por fim, também apresentam algumas considerações acerca do que, sob suas perspectivas, deveria ocorrer para que essa política caminhasse para ampliação e não para congelamentos esporádicos ou suspensão definitiva.

## 2 O lugar das políticas linguísticas

Para falar sobre as políticas linguísticas é preciso pontuar, de início, que é este um conceito marcado por certa imprecisão, já que são variadas as possibilidades ligadas à análise dos fenômenos que o termo recobre (DINIZ, 2012). Pontue-se, nesse sentido, que alguns autores – como Calvet (2007, 2002) – diferenciam as políticas linguísticas dos planejamentos linguísticos.

De acordo com esse ponto de vista, as políticas linguísticas referem-se às tomadas de decisão no âmbito das línguas e das relações entre estas e as sociedades, enquanto os planejamentos linguísticos dizem respeito às ações ligadas à efetividade das decisões, isto é, a seu efeito prático, o que, por consequência e exclusivamente, estaria ligado ao Estado.

A partir de outro ponto de vista, entretanto, alguns autores – como McCarty (2011) e Maher (2007, 2013) – acreditam que as políticas linguísticas são sempre perpassadas pelas relações de poder. A partir desse viés epistemológico, as tomadas de decisão ligadas às línguas, para não se configurarem como demagogia, precisam ter sempre seus meios de implementação, além de não serem organizadas e geridas exclusivamente pelas instâncias governamentais. Assim, é suprimida a diferenciação entre *políticas* e *planejamentos linguísticos*, uma vez que o termo *políticas linguísticas* implica necessariamente em planejamento e execução de ações efetivas.

Rajagopalan (2013), sob o mesmo prisma, expôs que a relação entre linguagem e política é reconhecida desde a Antiguidade Clássica, o que gera a inexorável afirmação de que a atuação política no mundo está em simbiose, e até mesmo dependência, com o uso social das línguas humanas. Logo, a linguagem torna-se um construto retórico concomitantemente constituído e constitutivo da política e dos interesses ideológicos que operam na arena das forças sociais.

Mediante raciocínio muito próximo ao desse autor, McCarty (2011) argumenta que as práticas de poder ligadas às línguas podem se dar em diferentes níveis. De acordo com o seu posicionamento, as políticas linguísticas podem ocorrer no nível micro, isto é, em interações interpessoais face a face; em nível médio – que diz respeito a comunidades localizadas; e/ou em nível macro – condizente com as políticas estatais e/ou com forças globalizantes maiores. Para a autora, então, estudar políticas linguísticas é buscar perceber como elas são realizadas na prática social: por meio de quais ações, por intermédio de quem, voltadas para quem e com quais propósitos.

Para corroborar essa visão teórica, cabe citar alguns exemplos de políticas linguísticas que, em diferentes níveis, já ocorrem no Brasil. Cita-se então a cooficialização ou o uso diário de diferentes línguas que não o português, visto que essas ações configuram uma forma de resistência política, dada em nível micro e médio, por parte de comunidades surdas, indígenas ou de imigrantes, espalhadas em diversas áreas do território nacional<sup>10</sup>.

O fato de as políticas linguísticas acontecerem via ações da sociedade civil e não somente pela intervenção estatal é tão claro que, além dos exemplos citados acima, basta lembrar, por exemplo, dos projetos que têm sido desenvolvidos no Brasil, principalmente pela intervenção de ONGs e igrejas, para acolhimento e ensino da

---

<sup>10</sup> Uma continuidade desta discussão pode ser encontrada no estudo de Morello (2012) e no site do Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (IPOL): <http://ipol.org.br/lista-de-linguas-cooficiais-em-municipios-brasileiros/>. Acesso em: 28 Fev. 2019.

língua portuguesa a cidadãos de vários países, como Haiti, Venezuela e Síria, que sobretudo nos últimos cinco anos, escolheram o Brasil como seu lugar de vida e luta por sustento<sup>11</sup>.

No âmbito das políticas linguísticas externas, ressalta-se que muitas comunidades diaspóricas também têm criado estratégias ligadas à preservação de sua língua e cultura nacionais, para que as futuras gerações de seus descendentes, os quais eventualmente poderão envelhecer em solo estrangeiro, não percam de vista as suas origens. Muitas dessas estratégias, como formações de professores e rodas de leitura, foram pautas de reflexões acadêmicas referentes às comunidades brasileiras que vivem em Londres (SOUZA, 2016) e no norte da Califórnia (FERNANDES, 2018). Nesta, as atividades linguístico-comunitárias se iniciaram com os esforços do Conselho de Cidadãos de São Francisco, fortalecendo-se com o leitorado brasileiro do interstício 2014-2018. Essas práticas de iniciativa comunitária ilustram, dessa forma, os feitos da comunidade civil e não do poder público.

Além de todo o exposto, lembramos ainda que as políticas idiomáticas podem ocorrer dentro das fronteiras geográficas de um país, mas também de forma externa, sendo esta a vertente de que trata o presente texto, por meio do foco conferido ao Programa de Leitorado. Caminhando em direção a essa política e entendendo que a sua atuação configura-se como ação diplomática ligada à promoção do português brasileiro, considera-se que, diante da globalização e da Sociedade do Conhecimento (OLIVEIRA, 2013), o Programa de Leitorado carrega em seu bojo o valor simbólico da variedade linguística brasileira e as relações de poder que, por meio do programa, o Governo Federal vislumbra manter ou alcançar.

---

<sup>11</sup> Para verificação de algumas dessas iniciativas: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2019/02/04/projeto-social-oferece-aulas-gratuitas-de-portugues-para-imigrantes-que-vivem-em-manaus.ghtml> e <https://maringapost.com.br/cidade/2019/02/15/projeto-que-ensina-portugues-para-haitianos-em-maringa-raizes-e-asas-e-ganhador-do-premio-ozires-silva/>

Enquanto idioma supranacional, entretanto, a língua portuguesa teve o seu processo de internacionalização iniciado pelo imperialismo português do Renascimento. Ainda com base nessa lógica, organiza-se atualmente sob a égide multilateral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em que diferentes centros de normatização oscilam entre convergências e distanciamentos.

Tal realidade implica no fato de que, dentro da própria CPLP, dão-se assimetrias e disputas de poder, principalmente entre Portugal e Brasil, uma vez que, sob muitos aspectos, os dois grandes centros gestores da língua portuguesa funcionam como concorrentes e não como aliados (DINIZ, 2012; OLIVEIRA, 2017).

Em conformidade com este quadro, cada um desses países desenvolve políticas unilaterais ligadas à difusão de uma variedade da língua portuguesa e é aí, no caso brasileiro, que se encaixa a atuação do Programa de Leitorado dirigido pela Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (MRE/Itamaraty).

No entanto, quando se olha criticamente para o atual cenário da política linguística externa brasileira, marcado pela realidade descrita nesta introdução, surge a seguinte pergunta em relação ao Programa de Leitorado: se o Estado congela a sua atuação e se deixa de priorizá-lo como parte da agenda, qual é o seu propósito organizacional dessas ações, isto é, qual é o sentido deste silenciamento institucionalizado? Por isso, as próximas seções dedicam-se à discussão do que, na presente década, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil fez e não fez em relação ao Programa de Leitorado, considerando dados da Rede Brasil Cultural e as reflexões de leitores e ex-leitores em março de 2019.

### **3 Caminhos metodológicos trilhados para geração e discussão dos dados**

Conforme Chizzotti (2003, p. 222) expõe, o termo “pesquisa qualitativa” refere-se a um campo transdisciplinar que envolve as ciências humanas e sociais em sua vastidão de possibilidades, pois

[d]iferentes orientações filosóficas e tendências epistemológicas inscrevem-se como direções de pesquisa, sob o abrigo qualitativo, advogando os mais variados métodos de pesquisa, como entrevista, observação participante, história de vida, testemunho, análise do discurso, estudo de caso e qualificam a pesquisa como pesquisa clínica, pesquisa participativa, etnografia, pesquisa participante, pesquisa-ação, teoria engendrada (grounded theory), estudos culturais etc.

Assim, a “pesquisa qualitativa”, antes de se esgotar em um modelo único, representa um horizonte variado de teorias e de métodos que, em conjunto, possibilitam o estudo das práticas sociais e históricos. Conforme Rey (2001, p. 4), a pesquisa é qualitativa quando assume que a realidade social é um domínio que dificilmente pode ser discutido em sua totalidade e/ou problematizado para o estabelecimento de conclusões fechadas/definitivas. O conhecimento, assim, passa a ser visto como uma *zona de sentido*, isto é, um espaço de inteligibilidade, e não de esgotamento, do objeto de estudo.

No caso deste artigo, parte-se das referidas posições epistemológicas para dar luz à análise dos dados gerados. A partir deles, que são relativos a números e às percepções de professores participantes do Programa, realizou-se uma análise interpretativa contrastiva, para que fosse possível conhecer as experiências e as expectativas dos colaboradores em relação à publicação do edital CAPES/CGCI n. 37/2018.

Quanto à geração e ao objetivo de refletir sobre a atuação do Programa de Leitorado nesta década, utilizamos duas fontes: (1) documentos oficiais do Programa, como editais de seleção e informações provenientes da Rede Brasil Cultural; e (2) respostas fornecidas em um questionário, veiculado pela plataforma digital *Google Surveys*, por leitores em exercício e com atividades encerradas.

Para compor o primeiro grupo dos dados, selecionamos os *Editais CAPES/CGCI do Programa Leitorado para Instituição Universitária Estrangeira n. 44/2013, 52/2014,*

14/2015 e 37/2018; além de informações de cunho quantitativo, relativas ao alcance da Rede Brasil Cultural, disponibilizadas previamente na página da DPLP.

Desde fevereiro de 2019, os dados histórico-descritivos acerca dos leitorados da década presente foram removidos da página oficial do MRE. Assim, foi somente por meio do estudo de Oliveira (2017), que obtivemos acesso às informações numéricas que, em todo o período dos governos anteriores ao atual – de Jair Bolsonaro, dizem respeito ao alcance da Rede e do Programa de Leitorado.

Quanto ao segundo grupo de dados, composto pelo questionário de participação voluntária, ressaltamos que nele constavam oito questões referentes às experiências dos leitores no Programa de Leitorado. São elas: (1) Em que ano você se candidatou ao Programa de Leitorado; (2) Por quanto tempo você exerceu/tem exercido atividades como leitor(a) brasileiro(a)?; (3) Você já teve seu subsídio atrasado?; (4) Quantas vezes você teve o seu subsídio atrasado?; (5) Diante da incerteza de fundos provenientes do governo brasileiro, a instituição na qual você exercia/tem exercido atividades lhe ofereceu um contrato independente?; (6) A partir do Edital 037/2018 e caso haja oferta de posto para a instituição na qual você exerceu/tem exercido atividades, como classificaria as mudanças previstas para as atividades docentes, sobretudo, em relação ao edital que regia/tem regido a sua atuação?; (7) Ainda em relação ao Edital 037/2018 e caso haja oferta de posto para a instituição na qual você exerceu/exerce atividades, como você classificaria as mudanças relacionadas à moradia e às condições gerais de vida (saúde, alimentação, transporte etc.), comparando-as ao edital que regia/tem regido suas atividades?; (8) Você gostaria de ser leitor(a) brasileiro(a) em convênio com a Divisão de Promoção de Língua Portuguesa (DPLP/MRE) novamente? Por favor, comente sua resposta.

Os colaboradores da pesquisa, leitores com atividades em exercício e encerradas, começaram suas atividades em 2010 (14,3%), 2013 (28,6%), 2014 (42,9%) e

2015 (14,3%). A maioria deles, 42,9%, exerceu atividades por três anos, enquanto 28,6% alcançaram o tempo máximo de leitorado, quatro anos.

#### **4 O Programa de Leitorado nesta década: descontinuidades e impactos diplomáticos**

Enquanto política linguística externa, o Programa de Leitorado deve ser tomado à luz das articulações diplomáticas do Brasil. Logo, trata-se de uma iniciativa para a qual, além da difusão da língua e da cultura nacionais, importam as intenções e as reais possibilidades de articulação econômica e geopolítica entre o país e outros poderes mundiais.

Neste sentido, é de suma importância mencionar que toda política diplomático-cultural se dá em função do que Nye (1990; 2011) chamou de *soft power*: a saber, uma influência de Estado que visa estabelecer-se a partir da exaltação de traços culturais e não da força bélica. Conforme o autor discute, o *soft power* de um país baseia-se, além das políticas externas, em outros dois agentes de força: a cultura e os valores políticos de quem está no poder. Em conjunto, estes agentes se relacionam à tentativa de tornar um Estado-nação atrativo para outros, em função de sua organização interna e/ou de sua legitimação no âmbito internacional.

No caso do governo brasileiro, a Rede Brasil Cultural é a principal responsável pelo desenvolvimento do *soft power* ligado às ações de internacionalização linguística e cultural, o que ocorre não somente através do Programa de Leitorado, mas também a partir de Núcleos de Estudos Brasileiros e Centros Culturais Brasileiros<sup>12</sup>.

Logo, a partir de especificidades ligadas ao próprio *modus operandi* e ao público-alvo, cada uma destas políticas linguísticas se organiza em função de determinadas

---

<sup>12</sup> Os Núcleos de Estudos Brasileiros são unidades de ensino com função similar à dos Centros Culturais Brasileiros (CCBs), embora estes tenham uma capacidade de alcance mais abrangente. Os CCBs, por sua vez, funcionam como uma extensão de embaixadas brasileiras nos países em que estão localizados e, neles, são oferecidos cursos de língua portuguesa e outras atividades culturais. Mais informações podem ser vistas em: <http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/menu-a-rede/menu-nucleos>

particularidades referentes ao poderio do Chefe de Estado e à consecução de interesses brasileiros a nível internacional.

De acordo com a DPLP, no interstício de 2014 e 2015, ainda no primeiro mandato de Dilma Rousseff, havia 36 postos ativos de Leitorados brasileiros e respectivos 36 leitores em atuação. À época, o número oficial de estudantes atendidos totalizava 1611, mas a própria DPLP afirmou que os leitorados de África do Sul, Espanha, Índia, Tailândia e Vietnã ainda não possuíam dados fechados naquele momento, o que indica que o referido número era, na verdade, consideravelmente maior.

Os dados deste período permitem que os contrastemos ao alcance do Programa de Leitorados no fim do governo de Michel Temer, em dezembro de 2018. Assim, de 36 postos ativos, no fim do primeiro mandato de Dilma Rousseff, é possível notar que o número decresceu para 21, conforme o seguinte quadro permite observar:

Quadro I - Comparativo do alcance do Programa de Leitorado.

<b>Postos Ativos do Programa de Leitorado</b>	
<b>Unidades em dezembro de 2014</b>	<b>Unidades em dezembro de 2018</b>
36	21

Fonte: produzido pelas autoras, 2019.

Conforme expusemos, as relações de poder são a força motriz de qualquer política linguística. Sendo assim, a atuação do Programa de Leitorado certamente tem implicações sociais e ideológicas que, em maior ou menor escala, posicionam o Brasil na arena das disputadas mundiais do capitalismo pós-moderno.

Como exemplo, considera-se que, via atuação dos leitores nos postos, ações afirmativas ligadas ao Brasil são executadas, como é o caso da organização de edições

do Exame Celpe-Bras<sup>13</sup> e/ou do desenvolvimento de eventos científico-culturais sobre o país, com enfoque na arte nacional (literatura, música, cinema) e na produção científica de pesquisadores brasileiros.

Além disso, os leitorados viabilizam a formação de futuros profissionais estrangeiros, em termos de aprendizagem sobre a língua e cultura do Brasil. Ademais, permitem a ocorrência de trocas culturais e acadêmicas entre o leitor e a instituição para onde ele é enviado, bem como a criação de redes de pesquisa entre a instituição acolhedora do posto e instituições brasileiras de ensino superior.

A própria existência de uma política voltada à internacionalização da língua portuguesa do Brasil e da cultura nacional, ao invés de simples ou corriqueira, tem a sua base na sustentação de um ideário de identidade que, se executado sob a lógica do Estado moderno, permite mostrá-lo como sinônimo inequívoco do Brasil e do Estado nacional. Isso é dito pois os Estados-nação foram compreendidos, durante a modernidade, como unidades marcadas por homogeneidade cultural, identitária e linguística (BLOMMAERT, 2006; FABRÍCIO, 2013; MAHER, 2007, 2013). Sendo assim, as políticas idiomáticas transnacionais, enquanto formas de *soft power*, tornam-se altamente viabilizadoras da associação de um povo a uma imagem linguístico-cultural.

Acreditamos que esta é a lógica que levou, nos primeiros anos do presente século, os governos de Lula e Dilma Rousseff a compreenderem o Programa de Leitorado como uma política externa estratégica. Em função de seu funcionamento em universidades estrangeiras e dos usuários linguísticos que tinha como potencial, o Programa abriu, sobretudo durante o governo Lula, muitos postos que dialogavam com a tendência de diplomacia cooperativa *do âmbito Sul-Sul*, ou seja, de relações

---

<sup>13</sup> O Celpe-Bras é o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para estrangeiros. Aplicado desde 1998, é o único exame reconhecido pelo governo brasileiro. Para maiores informações: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/acoes-internacionais/celpe-bras>. Acesso em: 24 nov. 2018.

diplomáticas cujo foco é a associação a países periféricos ou semiperiféricos no capitalismo.

Contrariando toda a lógica do pensamento abissal, a contemporaneidade assiste os países periféricos e semiperiféricos estabelecerem relações exteriores de forma inovadora: na era pós-colonial, os países que não pertencem ao centro de poder – localizado sobretudo no Norte do mundo (o Norte do imperialismo renascentista e do capitalismo pós-moderno) – criam articulações no sentido de gerar novas formas de protagonismo, o que se dá principalmente a partir de integrações regionais (SANTOS, 2009).

Neste sentido, até 2015, o Brasil intensificou o envio de leitores a países pertencentes sobretudo à América Latina e ao Caribe. Entretanto, esta agenda política sofreu alterações, passando por um processo de descontinuidade durante o governo de Michel Temer, conforme demonstram os dados arrolados no próximo quadro:

Quadro II – Países com leitorados brasileiros em 2018.

<b>Países com leitorados vigentes em dezembro de 2018</b>			
<b>América</b>	<b>África</b>	<b>Ásia</b>	<b>Europa</b>
Canadá Estados Unidos da América México Paraguai	África do Sul Cabo Verde Moçambique	China Índia Israel Tailândia Vietnã	Alemanha Dinamarca França Hungria Inglaterra

Fonte: elaborado pelas autoras, 2019.

No continente americano, os postos de leitorado de Argentina, Chile, Trinidad e Tobago, Colômbia e Peru, em funcionamento no início do segundo governo de Dilma Rousseff, foram descontinuados durante o tempo em que Michel Temer ocupou o poder. Na África, o mesmo ocorreu com São Tomé e Príncipe, país pertencente à África de língua portuguesa, e com o Senegal. Além disso, postos presentes em países do

Leste Europeu, como é o caso da Croácia, República Checa e Rússia, também não contam mais com leitores do Itamaraty.

Por outro lado, observa-se que novos postos foram abertos em países da chamada África Lusófona, como Cabo Verde e Moçambique, bem como em potenciais parceiros ou mercados externos que, desde 2005 e em virtude de acordos travados com a Argentina, o Brasil vinha deixando em segundo plano, como é caso, por exemplo, do México e do Canadá.

Notamos que, em um momento em que a economia brasileira passa por crises consideráveis e em que a Argentina, principal consumidora de produtos brasileiros na América do Sul, também luta para manter-se de pé, fechar leitorados neste país e abrir outros, em locais como os citados no parágrafo anterior, não parecem ações diplomáticas aleatórias. Sobretudo diante das articulações do Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (antigo NAFTA e atual USMCA)<sup>14</sup>, ocorridas em 2018, as negociações brasileiras com os países da América do Norte ficaram bastante comprometidas. Por isso é que a abertura de novos leitorados figura como passo estratégico, principalmente no México, país com o qual o Brasil vinha travando, via Mercosul, a venda de commodities.

No caso dos países asiáticos, é conhecida a investida do governo de Michel Temer principalmente em direção a Israel. Com dificuldades diplomáticas desde 2014, dada a crítica da ex-presidente Dilma ao uso israelense de força na Faixa de Gaza, o governo do Brasil voltou a investir, de forma enfática, em Israel e nas relações econômicas junto a este, o que gerou uma alta comercial de quase 10% em 2017.

---

<sup>14</sup> Novo nome em referência às iniciais da trílice envolvida (Estados Unidos, México e Canadá). Este acordo inova em relação ao NAFTA, no sentido de objetivar a criação de mais postos de trabalho nos Estados Unidos, bem como a redução de déficits comerciais para este país, visto ser ele o principal exportador tanto do México quanto do Canadá. Para mais informações: <https://www.dn.pt/mundo/interior/o-que-muda-com-o-novo-acordo-comercial-eua-mexico-canada-9932463.html>. Acesso em: 01 ago. 2019.

O posto de leitorado do Vietnã é também uma forma de bilateralidade que extrapola em muito a questão cultural e linguística, vinculando-se, assim, à agenda governamental econômica. Prova disso é que, no presente século, as trocas comerciais cresceram muito entre este e o Brasil, saltando de 29 milhões de dólares em 2011 para 3,9 bilhões em 2017.

Conforme mencionado, os editais de seleção do Programa de Leitorado apresentaram periodicidade até 2015. Entretanto, após o *impeachment* de Dilma Rousseff, não ocorreram publicações de novos editais até novembro de 2018 – momento em que, ao final do governo de Michel Temer, a CAPES publicou o Edital no. 037/2018.

As vagas presentes neste, cujas vigências prováveis serão iniciadas no segundo semestre de 2019, foram previstas para postos localizados nos países que se encontram elencados no seguinte quadro:

Quadro III – Países com leitorados brasileiros previstos no Edital no. 037/2018.

<b>Países com leitorados previstos no Edital no. 037/2018</b>			
<b>América</b>	<b>África</b>	<b>Ásia</b>	<b>Europa</b>
Estados Unidos da América Argentina Uruguai	África do Sul Cabo Verde Moçambique São Tomé e Príncipe	China Timor Leste	França Itália Rússia

Fonte: elaborado pelas autoras, 2019.

Com o processo de seleção e análise curricular ainda em andamento<sup>15</sup>, é cedo para saber que rumos os postos nesses países tomarão. No entanto, é possível salientar

---

<sup>15</sup>No dia 20 de maio de 2019, a CAPES divulgou o resultado preliminar da seleção de leitores ligada ao Edital n. 37/2018. Conforme demonstra o documento, foram selecionados três candidatos para cada vaga. No entanto, como se trata de análise realizada apenas pelo governo brasileiro, as universidades estrangeiras serão as responsáveis por, de fato, escolher o profissional que virá a assumir o posto.

uma tentativa de retomada dos postos na Argentina e no Uruguai, bem como a constância dos postos nos Estados Unidos da América.

A África de língua oficial portuguesa também parece ser foco do interesse da cooperação governamental, o que é dito em função da reabertura do posto de São Tomé e Príncipe e da continuidade dos postos de Cabo Verde e de Moçambique. Os convênios com universidades na Colômbia, na Croácia, na Espanha, no Peru, na Austrália, no Chile e em Trinidad e Tobago não aparecem com demanda no edital atual e tampouco apresentam atividade ligada à DPLP.

Quanto aos rompimentos ligados a postos existentes em países da América do Sul e na Espanha, chamamos a atenção para fatos referentes ao governo de Jair Bolsonaro. Pontua-se primeiramente o recente alinhamento diplomático entre Brasil, Colômbia, Chile e Peru<sup>16</sup>, no que diz respeito a apoiar o governo dos Estados Unidos em relação à autoproclamação presidencial de Juan Guaidó, líder da oposição venezuelana a Nicolás Maduro.

Além disso, destaca-se que Brasil e Chile recentemente iniciaram cooperação militar na área de defesa cibernética<sup>17</sup> e que, em junho de 2019, Mercosul e União Europeia estabeleceram acordo de livre comércio. Em conjunto, portanto, esses fatos apontam para a atual bi ou multilateralidade diplomática entre o Brasil e alguns destes países em que os leitorados foram descontinuados.

Diante disso, então, é preciso verificar o que mostrarão os próximos editais do Programa de Leitorado. Permanecerão descontinuados os postos dos países citados no

---

Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/novo\\_portal/editais/resultados/20052019\\_EDITAL\\_37\\_2018\\_-\\_LEITORADO\\_-\\_Resultado\\_preliminar.pdf](https://www.capes.gov.br/images/novo_portal/editais/resultados/20052019_EDITAL_37_2018_-_LEITORADO_-_Resultado_preliminar.pdf). Acesso em 31 jul. 2019.

<sup>16</sup> Para mais informações: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2019/01/23/interna\\_mundo,732477/bolsonaro-eua-colombia-peru-e-canada-reconhecem-guaido-como-preside.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2019/01/23/interna_mundo,732477/bolsonaro-eua-colombia-peru-e-canada-reconhecem-guaido-como-preside.shtml). Acesso em: 02 ago. 2019.

<sup>17</sup> Para mais informações: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/efe/2019/08/01/brasil-e-chile-fortalecem-cooperacao-em-materia-de-defesa-cibernetica.htm>. Acesso em: 02 ago. 2019.

parágrafo anterior ou voltarão a funcionar em virtude do enviesamento diplomático do atual governo?

## **5 A ótica retroativa e prospectiva dos participantes**

A partir dos dados gerados via aplicação do questionário, trazemos à discussão as reflexões dos colaboradores da pesquisa quanto ao subsídio e à qualidade de vida, assim como suas expectativas quanto a uma nova experiência como leitores brasileiros. Para alcançar leitores e ex-leitores, o questionário foi compartilhado no grupo do Facebook “Ensinar Português como Segunda Língua” maior rede de professores na área hoje na internet, com cerca de catorze mil membros. A chamada para participação também foi enviada para a lista de e-mails usada como rede de apoio entre leitores e ex-leitores, a qual uma das autoras deste trabalho integra. Oito participantes responderam o questionário.

42,9% dos participantes afirmaram ter tido o recebimento do subsídio atrasado e, no interior deste quadro, 14,3% apontam que o atraso aconteceu mais de seis vezes. Além disso, e em face do edital CAPES/CGCI do Programa Leitorado n.º 37/2018, 42,9% dos participantes consideram que os parâmetros de pagamento de subsídios e as novas condições de trabalho trazem uma piora ao exercício de atividades do leitor. Em contrapartida, os participantes que indicam haver uma provável melhora totalizam 14,3% dos pesquisados.

Com relação à qualidade de vida dos leitores vindouros, 71,4% dos participantes da pesquisa consideram que o Edital n. 37/2018 pode trazer uma piora às condições de vida dos próximos leitores, no que diz respeito a áreas como saúde, alimentação e transporte. Os outros participantes, subdivididos em dois grupos de igual porcentagem (14,3% cada), afirmaram não vislumbram melhorias futuras, dado que o Edital n. 37/2018 não apresenta, em sua opinião, alterações que indiquem mudanças.

Quando questionados se teriam interesse em outro leitorado brasileiro, 85,7% dos participantes<sup>18</sup> afirmaram que sim. Dentre as justificativas, estão:

P1: “Sim. Foi uma experiência inesquecível.”

P2: “Sim. Há mais de vinte anos trabalho com ensino de português como língua adicional e com a difusão da língua e da cultura do Brasil no exterior, posto que considero fundamental a projeção de uma imagem mais realista do país e aprofundamento dos conhecimentos sobre a língua portuguesa e a cultura brasileira no exterior. Por outro lado, também acredito que, pelo alto nível de exigência e requisitos para se candidatar a uma vaga de leitor, o programa deveria profissionalizar-se e levar-se a cabo por uma equipe de especialistas concursados e, portanto, com as mesmas garantias e prerrogativas da Lei aplicável aos funcionários públicos da União, em lugar de outorgar-se uma bolsa para o exercício da função de leitor.”

P3: “Nas condições anteriores, sim. Também acho que os consulados brasileiros usam os leitores como vitrine política, mas são absolutamente ineptos quando surgem problemas (pelo menos no meu caso).”

P4: “Sim. Apesar da falta de orientação e difícil comunicação com a DPLP, a experiência do leitorado foi gratificante. Aprendi muito e a minha universidade me deu muito suporte para desenvolver as minhas atividades.”

P5: “Desejaria continuar na função de leitor, porém em outra instituição de ensino superior. Alguma que tivesse uma faculdade de letras, já que este não é o caso da instituição na qual estou designada atualmente.”

P6: “Sim, gostaria. Porém observei que os valores no mais recente Edital haviam reduzido em algumas instituições, e ainda mais exigências relacionadas ao domínio de idiomas, se bem que eu sou proficiente em dois idiomas além do Português, e tenho conhecimentos básicos de mais dois idiomas. Contudo apesar das possibilidades e limites o leitorado é uma oportunidade ímpar de conhecer outra(s) cultura (s), bem como expandir o

---

<sup>18</sup> Usa-se aqui a abreviação “P” para preservar a identidade dos participantes que responderam ao questionário on-line. Além disso, suas justificativas foram enumeradas em consideração somente à ordem cronológica de recebimento das respostas.

conhecimento da Língua Portuguesa e da Cultura Brasileira ao redor do mundo. Neste momento por questões familiares pessoais não posso sair do Brasil por período prolongado.”

Em posição divergente, um participante explica:

P7: “Não. Por motivos pessoais, gostaria de ter mais estabilidade profissional. Além disso, enfrentei uma batalha para conseguir receber meu subsídio durante a licença-maternidade. Como o edital não tem nenhuma cláusula que abrace as mulheres, não gostaria de viver o trauma da falta de recursos novamente. Entretanto, afirmo que a experiência como leitora mudou radicalmente o futuro da minha carreira para melhor. Aprendi muito sobre o status do português em contexto internacional e tenho ocupado espaços de fala que empoderam comunidades diaspóricas brasileiras.”

As reflexões dos participantes da pesquisa constataam que, mesmo diante das dificuldades, o programa foi ou tem sido uma experiência enriquecedora em suas carreiras docentes. O debate trazido pelos leitores confirma que questões como pontualidade no recebimento do subsídio e pouca atividade de resposta da DPLP podem ser empecilhos no exercício das atividades.

Além disso, há outra lacuna no que diz respeito aos direitos sociais e trabalhistas das mulheres. Apesar de a Portaria no. 248 da CAPES, de 19 de dezembro de 2011, optar pela proteção conferida por Lei às bolsistas, concedendo-lhes até quatro meses de recebimento de benefícios durante o afastamento temporário, o gerenciamento do subsídio é feito diretamente pelo MRE e não pela CAPES. Dessa forma, sem uma cláusula nos editais que determine a que órgão regulador as leitoras devem recorrer para o amparo em fase gestacional e puerperal, é desconhecido o apoio que terão em território estrangeiro.

## 5 Considerações finais

Alguns autores (SÁ, 2009; OLIVEIRA, 2010) discutem que o Estado brasileiro ainda carece de maiores sistematizações relativas à gestão de suas políticas linguísticas exteriores. Referindo-se especificamente aos Leitorados, Sá (2009, p. 34) afirma que:

não há no momento um protocolo de cooperação comum a toda rede de Leitorados. Dito de outra forma, existe uma ausência de redes internas (conhecimento do trabalho do Leitor anterior) e externas (contatos com outros Leitorados). De uma maneira geral, o resultado é uma condição de isolamento dos Leitorados que seguem trabalhando nas suas respectivas universidades de modo disjunto. (...) De uma perspectiva mais abrangente, um protocolo de ação conjunta, na forma de redes externas, é essencial para que os Leitores compreendam seu trabalho enquanto parte de um projeto maior de política cultural do governo brasileiro. A falta de unificação que existe hoje se traduz não apenas em condições de trabalho isoladas e, por vezes, muito distintas. A ausência de redes também resulta em diferentes entendimentos dos Leitores sobre o seu próprio trabalho e até mesmo sobre o que é o Leitorado.

Os comentários dos participantes da coleta de dados deste trabalho reforçam a discussão de Sá e confirmam a relevância do programa. O debate trazido por esses professores também evidencia lacunas que vão além da ausência de rede de apoio. Nota-se que algumas situações-problema, como o atraso do subsídio mensal, a postura não proativa da DPLP e a ausência de resoluções que, nos editais, considerem os direitos das mulheres, tal qual o suporte à licença-maternidade – esclarecem que urge mudanças normativo-integradoras tanto em relação à elaboração dos documentos de seleção quanto à institucionalização de uma rede oficial de comunicação e suporte intra e inter-relacional para o Programa de Leitorado.

Já a análise documental revela a frágil consistência do Programa de Leitorado enquanto política de Estado. A minimização e até a extinção de postos do Programa retratam que este segue à mercê dos governos vigentes desde 2015, o que fica claro

mediante a retirada de foco das alianças diplomáticas com países periféricos da América Latina e do Caribe.

O Programa de Leitorado, então, é caracterizado rotineiramente pelas momentâneas articulações brasileiras no que tange ao desenvolvimento da agenda diplomática geral, evidenciando que não há um projeto contínuo em relação ao desenvolvimento do *soft power* nacional. Isso fica comprovado pelo edital CAPES/CGCI do Programa Leitorado n.º 37/2018, uma vez que este não apresenta convênios com universidades do Chile, da Colômbia, do Peru e de Trinidad e Tobago, mas garante, por exemplo, a perenidade de postos nos Estados Unidos, com ofertas em três universidades. A descontinuidade desses convênios, a omissão de dados históricos nos canais de informação da DPLP e a debatida ausência de suporte aos leitores demonstram a falta de interesse acadêmico-educacional que reside por trás das políticas externas de cooperação do Estado brasileiro.

Em relação à perenidade do Programa de Leitorado, também é preciso reafirmar que a falta de uma postura integradora por parte da DPLP em relação a outros organismos de cooperação internacional para a promoção da língua portuguesa, como o Instituto Camões, é um fator de risco para o insucesso dessa política<sup>19</sup>. Além disso, com a gestão de Jair Bolsonaro e a incipiência intelectual de seu plano de governo, nota-se um distanciamento gradual entre as responsabilidades do Estado e a promoção da língua. Uma evidência disso é, a despeito da inexistência de receita governamental, o fato de o MRE ter proposto a criação de um instituto brasileiro<sup>20</sup> nos moldes do Camões. Uma postura menos endocêntrica do Estado brasileiro e a consequente adoção de uma política externa menos liberal, que não prime

---

<sup>19</sup> Oliveira (2017, p. 20) aponta que as ações da Rede Brasil Cultural e do Instituto Camões são, algumas vezes, “concorrentes e não complementares”.

<sup>20</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/02/itamaraty-planeja-criar-novo-instituto-para-difundir-cultura-brasileira-no-mundo.shtml>

pelo benefício econômico, podem ser um caminho para evitar a interrupção de convênios e, até mesmo, a extinção do Programa de Leitorado.

### Referências Bibliográficas

BERGER, I. R. O ensino de línguas como espaço para a difusão do português no mundo: estratégias e ações de políticas linguísticas. **Revista Ideação**, Foz do Iguaçu, v. 15, n.o 1, p. 216-229, 2013. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/7184>. Acesso em: 7 mar. 2019.

BLOMMAERT, J. Language policy and national identity. *In*: RICENTO, T. (ed.) **An Introduction to Language Policy: Theory and Method**, 2006. p. 238- 254.

BOAVENTURA, S. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almeidina, 2009.

BRASIL. **CAPES: Apresentação do Programa Ciência sem Fronteiras**. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/cienciasemfronteiras/html/apresentacao.html>. Acesso em: 6 mar. 2019

BRASIL. **Balanco da política externa 2003-2010**. Brasília, 2011. Disponível em: [https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro6/6.1 Política Externa.pdf](https://i3gov.planejamento.gov.br/textos/livro6/6.1%20Politica%20Externa.pdf). Acesso em: 27 fev. 2019.

BRASIL. Programa Leitorado para Instituição Universitária Estrangeira. **Edital CAPES/CGCI no. 37/2018**. Brasília, 2018. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/19112018 Edital 37 MRE Leitorado.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/19112018%20Edital%2037%20MRE%20Leitorado.pdf). Acesso em: 28 fev. 2019.

BRASIL. Programa Leitorado para Instituição Universitária Estrangeira. **Edital CAPES/CGCI no. 44/2013**. Brasília, 2013. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/Edital 044 2013 Leitorado.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/Edital%20044%202013%20Leitorado.pdf). Acesso em: 27 fev. 2018.

BRASIL. Programa Leitorado para Instituição Universitária Estrangeira. **Edital CAPES/CGCI no. 52/2014**. Brasília, 2014. Disponível em: [http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/Edital 052 2014 LEITORADO.pdf](http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/Edital%20052%202014%20LEITORADO.pdf). Acesso em: 27 fev. 2019.

BRASIL. Programa Leitorado para Instituição Universitária Estrangeira. **Editais CAPES/CGCI no. 14/2015**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/editais/2992015-Edital-14-2015-Leitorado-RETIFICACAO.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2019.

CALVET, L. J. **As políticas linguísticas**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

CALVET, L. J. **Le marché aux langues**. Les effets linguistiques de la mondialisation. Paris: Plon, 2002.

CARVALHO, S. da C. Políticas de promoção internacional da língua portuguesa: ações na América Latina. **Trab. Ling. Aplic.**, Campinas, n. 51.2, p. 459-484, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tla/v51n2/a10v51n2.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2019. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-18132012000200010>

CHIZZOTTI, A. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. **Revista Portuguesa de Educação**. Braga, v. 16, n. 2, p. 221-236, 2003.

DINIZ, L. R. A. **Política linguística do Estado brasileiro na contemporaneidade: a institucionalização de mecanismos de promoção da língua nacional no exterior**. 378f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2012. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000876149>. Acesso em: 7 mar. 2019.

FABRICIO, B. F. Linguística aplicada como espaço de desaprendizagem: redescrições em curso. *In*: MOITA LOPES, L. P. (org.). **Por uma linguística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006. p. 45-63.

FARACO, C. A. A língua portuguesa no mundo contemporâneo: implicações para uma pedagogia da variação no ensino de PLA. *In*: **I Simpósio Internacional sobre o ensino do português como língua adicional**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, novembro de 2012.

FERNANDES, E. Imigrações Lusófonas e Contribuições Linguístico-Afirmativas na Jurisdição do Leitorado Brasileiro em Davis. *In*: MORELO, B.; VARGAS, E.; KRAEMER, F. (org.). **Ensino e aprendizagem de língua portuguesa e cultura brasileira pelo mundo: experiências do Programa de Leitorado do Brasil**. Roosevelt, NJ: Boavista Press, 2018.

KRAMSCH, C. **Culture in foreign language teaching**. Iranian Journal of Language Teaching Research. Urmia University, 2013.

**LULA se despede da África inaugurando fábrica de medicamentos**. O Globo. 4 nov. 2011. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/lula-se-despede-da-africa-inaugurando-fabrica-de-medicamentos-2928559>. Acesso em: 28 set. 2019.

MAHER, T. de J. M. Do Casulo ao Movimento: a suspensão das certezas na educação bilíngüe e intercultural. *In*: BORTONI-RICARDO, S. M.; CAVALCANTI, M. C. (org.). **Transculturalidade, Linguagem e Educação**. Campinas: Mercado de Letras, 2007. p. 67-96.

MAHER, T. de J. M. Ecos da Resistência: políticas linguísticas e as línguas minoritárias brasileiras. *In*: NICOLAIDES *et al* (org.). **Política e Políticas Linguísticas**. 1ed. Campinas: Pontes Editores, v. 1, 2013. p. 117-134.

MCCARTY, T. **Etnography and Language Policy**. New York: Routledge, 2011.

NYE, J. S. **Think Again**: soft power. Foreign Policy. February 23, 2006.

NYE, J. S. **Future of Power**. New York: Public Affairs, 2011.

OLIVEIRA, G. M. O lugar das línguas: A América do Sul e os mercados linguísticos na Nova Economia. **Synergies Brésil**, nº 1, p. 21-30, 2010. Disponível em: <http://gerflint.fr/Base/BresilSPECIAL1/gilvan.pdf> Acesso em: 7 mar. 2019

OLIVEIRA, G. M. Um Atlântico Ampliado: o português nas políticas linguísticas do século XXI. *In*: MOITA LOPES, L. P. (org.) **O Português do Século XXI. Cenários Geopolíticos e Sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola, 2013.

OLIVEIRA, L. Minha pátria é a língua portuguesa: ações dos governos brasileiro e português para o ensino de língua portuguesa no exterior. **Letras & Letras**, v. 33. no. 2, 2017. Acesso em: 7 mar. 2019. DOI <https://doi.org/10.14393/LL63-v33n2a2017-1>

OLIVEIRA, L. **Programa de Leitorado**: diálogo entre política linguística externa e formação de professores de PFOL no Brasil. 2017a. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RAJAGOPALAN, K. Política linguística: do que se trata afinal? *In*: NICOLAIDES, C. *et al.* (org.) **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas: Pontes Editores, 2013. p. 19-42.

REY, F. L. G. A pesquisa e o tema da subjetividade em educação. In: **Anais da 24a. Reunião Anual da ANPEd**. Outubro 2001. Disponível em: [www.anped.org.br/reunioes/24/te7.doc](http://www.anped.org.br/reunioes/24/te7.doc). Acesso em: 20 jul. 2019.

SÁ, D. S. O leitorado brasileiro em Manchester: política linguística e ensino de português como língua estrangeira. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Difusão da língua portuguesa**, n. 39, p. 31-40, 2009. Acesso em: 7 mar. 2019.

SILVA, D. B. O Passado no Presente: História da Difusão e Promoção da Língua Portuguesa no Exterior. XIV Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 2010, Rio de Janeiro (RJ). **Cadernos do CNLF (CiFEFil)**. Rio de Janeiro: Cifefil, v. XIV. p. 3018-3034, 2010.

SOUZA, A. (org.). **Português como língua de herança em Londres: recortes em casa, na igreja e na escola**. Campinas: Pontes, 2016.

VILLAVERDE, J. Lula viaja à América Central em busca de maior cooperação. **Extra**, 10 de dez. 2010. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/brasil/lula-viaja-america-central-em-busca-de-maior-cooperacao-291140.html>. Acesso em: 28 fev. 2019.

Artigo recebido em: 04.01.2020

Artigo aprovado em: 18.05.2020